

**CLIO ENTRE A DIGITAL
HISTORY E A
STORIOGRAFIA DIGITALE:**

**A oficina historiográfica
de Anita Lucchesi e suas
contribuições à história
digital no Brasil**

CLIO BETWEEN DIGITAL HISTORY
AND STORIOGRAFIA DIGITALE:
Anita Lucchesi's historiographical
workshop and her contributions
to digital history in Brazil

CLIO ENTRE LA DIGITAL HISTORY
AND STORIOGRAFIA DIGITALE: EL
taller historiográfico de Anita
Lucchesi y sus contribuciones a la
historia digital en Brasil

Fagno da Silva Soares^{1, 2}

A 'história/historiografia digital' poderá mesmo ficar restrita a um grupo de historiadores que vão usá-la como metodologia e/ou estudá-la enquanto campo? [...] Para ler o mundo digital e pensar historicamente no século XXI a academia precisa se abrir às discussões da 'história/historiografia digital' cuja emergência talvez vá além do surgimento de um campo ou de um método, mas expresse uma virada crítica no modus faciendi da Clio.

Anita Lucchesi

¹ Doutor em Geografia Humana [FFLCH/USP] e mestre em História do Brasil [UFPI]. Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo [NEHO/USP]. Líder do CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória [IFMA]. E-mail: fagno@ifma.edu.br ORCID: orcid.org/0000-0002-0829-300X

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão [IFMA/Campus Açailândia]. Departamento de Educação Profissional. Rua Projetada s/n, Progresso, 65930-000, Açailândia, MA, Brasil.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 4, Agosto. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p634>

Entrevista realizada em 22 de março de 2017, com a historiadora Anita Lucchesi, pesquisadora filiada ao Centre for Contemporary and Digital History [C²DH – www.c2dh.lu] vinculada a Universidade do Luxemburgo. E também pesquisadora do Grupo de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal de Sergipe [GET-UFS] e do Laboratório de História Digital da Universidade de Luxemburgo. Integra a Rede Brasileira de História Pública [RBHP], à Federação Internacional de História Pública [IFPH] e ao Conselho Nacional de História Pública [EUA/NCPH].

Recebido em: 17.05.2017. Aceito em: 17.07.2017. Publicado em: 01.08.2017.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 4, Agosto. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p634>

Anita Lucchesi, jovem pesquisadora, sua produção historiográfica é inaugural aos estudos em história digital no Brasil. Suas reflexões lançam luz em diferentes campos historiográficos, história digital, metodologia da história e história oral com especial atenção aos estudos sobre imigração portuguesa e italiana em Luxemburgo, tecnologias digitais, história pública na perspectiva da história comparada. PhD em História Digital e História Pública pela Faculté des Lettres, des Sciences Humaines, des Arts et des Sciences de l'Éducation, na unidade de pesquisa Identités, Politiques, Sociétés, Espaces/ Institute of History da Universidade de Luxemburgo [2017]. É mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ 2014] e graduada em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro [UFRJ 2012], tendo realizado intercâmbio na Università degli Studi di Firenze [Itália, 2008]. Pesquisadora do Grupo de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal de Sergipe [GET-UFS]. É membro-fundadora da Rede Brasileira de História Pública [RBHP], associada e atualmente ocupando a função de tesoureira no mandato 2017-2020, na Federação Internacional de História Pública [IFPH] ao Conselho Nacional de História Pública [EUA/NCPH]. Também é Coordenadora Adjunta da área de Ciências Humanas e da Natureza no Plano Nacional do Livro Didático [PNLD] 2016. Participa do Conselho Editorial de alguns periódicos nacionais na área de história, atuou como parecerista no processo de avaliação dos livros didáticos de história no Programa Nacional do Livro Didático [PNLD, 2014/2015]. Sua pesquisa, "Historiografia em Rede: História, Internet e Novas Mídias: Preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI" foi premiada pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia [SBTHH, 2013].

Durante a entrevista, Anita Lucchesi falou de sua trajetória pessoal e profissional, e fez importantes reflexões acerca da operação histórica em tempos de cibercultura, das relações entre a história pública e a história digital, passando pelas tendências historiográficas estadunidense e italiana da história digital e seus reflexões no Brasil, bem como, de suas experiências de pesquisas que realizou na Europa durante a graduação na Itália e doutorado em Luxemburgo.

Fagno da Silva Soares [FSS]: Bom dia, cara professora Anita Lucchesi. Inicialmente, agradecemos a disponibilidade em conceder-nos esta entrevista, sabemos o quão açodada é sua rotina acadêmica em Luxemburgo, e, por conseguinte, registramos o enorme prazer em entrevistá-la, mediatizados pelas tecnologias digitais para superar a distância entre Brasil e Europa. Destarte, tomemos como *flâneur*, inicial de nossa entrevista, elementos de sua trajetória pessoal e familiar, bem como, as motivações que a levaram à escolha da carreira de historiadora e de seu objeto de estudo.

Anita Lucchesi [AL]: Bom dia, Fagno. Agradeço o interesse da revista em meu trabalho, é muito gratificante assumir, por isso, a condição de entrevistada, algo que – rebobinando a fita – sentada nos bancos da escola, nunca havia imaginado. Venho de uma família pobre, de uma cidade da serra, Teresópolis. Embora meu pai, filho de imigrantes italianos, tenha tido condições de estudar bastante, chegando a entrar para o curso de Bacharel em Direito na Universidade Federal Fluminense nos anos 1970, minha mãe teve uma trajetória bem diferente, tendo estudado apenas até à antiga 4ª série do Ensino

Fundamental, perfil que era mais comum no restante da família materna, com quem eu mais convivía. Comecei a trabalhar fora com quinze para dezesseis anos, um pouco mais tarde que minha mãe e seus, antes dos 12 anos, razão pela qual os estudos acabaram ficando pra trás. No meu caso, tentei conciliar os dois. O primeiro livro inque li inteiro foi aos 15 anos, graças a uma professora de Língua Portuguesa de uma escola pública, que me estimulava muito e que foi também quem, em um momento de apuros, me indicou para meu primeiro trabalho, numa das padarias “chiques” do centro da cidade, como balconista. Naquela altura, além do emprego, houve uma mudança importante em minha vida, fiz uma prova para um “bolsão” de uma escola particular, convidada por um professor de geografia que então tinha sido meu professor por dois anos consecutivos na escola municipal em que eu estudava. Ao passar em primeiro lugar, consegui uma bolsa de 75% do valor da mensalidade. Mesmo trabalhando, na minha realidade, 25% ainda era fora do alcance, e foi então que este professor resolveu me “doar” o que faltava para que eu pudesse mudar de escola, me dando inclusive o vale-transporte, já que alunos da rede privada não tinham a “carteirinha” do ônibus. Aquilo foi verdadeiramente um divisor de águas. Nessa escola aprendi, nos anos seguintes, que UFF, UNIRIO, UFRJ e UERJ eram siglas para universidade públicas, foi lá que finalmente fui entender o que significava vestibular e foi lá que decidi fazer História. Inspirada também pelos professores que ali encontrei, resolvi que, como eles, queria dar aulas. Tinha algo de revolucionário no ideal de educação deles... Com o tempo, descobri que isso atendia pelo nome de Paulo Freire, que aos poucos descobri quem era para além das citações que lia aqui e ali nos materiais da escola. Escola que passei a amar, de verdade, como se fosse uma segunda casa, uma noção alargada da minha própria família. Digo tudo isso pra explicar que foi através da escola que

me emancipei, e ao decidir me tornar professora de história eu queria tentar fazer parte daquilo, daquele espaço revolucionário e feliz, para o resto da vida. Quando comecei a cursar o curso de Bacharel em história na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no entanto, descobri uma outra dimensão do que era “fazer história”. Logo na primeira aula do primeiro dia do semestre, no curso de introdução a estudos históricos, descobri que tudo aquilo que ia parar nos livros didáticos não era apenas algo socialmente construído, como tinha visto no Ensino Médio, mas que aquele processo em si tinha uma história, e que havia também um modo de fazer, que se transformava ao longo do tempo, que se “historicizava” também. E foi assim, numa noite do ameno inverno carioca, que aprendi com o saudoso Professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, o que vinha a ser um novo elemento de fascínio para mim, a historiografia. Daquele dia em diante eu deixei de ter certeza sobre muitas coisas, e uma delas era a de que eu poderia ser feliz pertencendo apenas à sala de aula da escola. Passei, inconscientemente, a querer muito chegar à sala de aula da Universidade e a admirar profundamente o universo da pesquisa e os mundos paralelos das notas de pé de página. Enfim, enquanto historiadores somos sempre tão “assombrados” por esse tal mito das origens, mas se eu tivesse que apontar um momento em que eu, mais ou menos, optei pelo estudo história e da historiografia, eu diria que foi por aí.

Fagno Soares: Fale-nos um pouco das influências historiográficas que teve durante sua graduação e mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro e no doutorado em história pública e digital em Luxemburgo. Quais historiadores exerce[ra]m papel importante na sua formação inicial e/ou continuada

enquanto pesquisadora? Somando-se a isto, a célebre pergunta de Marc Bloch, aqui parafraseada, para que serve a história digital? Como você avalia os impactos epistemológico e metodológico da história digital no ofício do historiador do século XXI, dado ao crescente interesse pela temática?

Anita Lucchesi: Sem dúvidas, a primeira grande influência para mim foi o próprio Professor Manoel Salgado [que mencionei na resposta anterior]. Sua trajetória foi inspiradora e suas aulas, foram, pra mim, os primeiros grandes “textos” sobre que tive acesso, deixando sempre com muito mais perguntas que respostas, ao seu gosto, e nos inspirando, enquanto formador, a gostar da dúvida, toma-la como oportunidade. Com o Professor Manoel reli o Marc Bloch que você acabou de citar. Digo reli, pois eu tinha me dado o “Apologia da História” de presente, no mês de abril, no ano do vestibular, o qual li com os olhos de uma aluna do Ensino Médio. Quando li o Bloch de novo pela primeira vez, à luz dos questionamentos que nos fazíamos no curso de metodologia, um mundo se abriu. Eu gostava da simplicidade como ele escrevia, é claro, bem marcada pelas circunstâncias em que aquele livro fora produzido. A história do livro inacabado, aliás, além do título certo para uma vestibulanda e da bela capa iconográfica da Zahar [2002] tinham influenciado na compra, quando Bloch era ainda um nome qualquer para mim. Algo do meu fascínio por sala de aula e pela história pública estavam ali no “saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos estudantes”. A imagem do historiador que aprendi a admirar tinha a ver com o que Bloch descrevia – e talvez porque ele descrevia. Eu queria ser como o ogro da lenda, o qual, dizia ele “Onde fareja a carne humana, sabe que ali está a sua caça.” Em 2008, para a realização de um intercâmbio na Itália, graças à existência de um convênio entre a UFRJ e a Universidade de Florença, vivi um ano e pouquinho com a minha avó paterna na cidade de Florença e lá,

um dos meus maiores prazeres era gastar o tempo “livre” em bibliotecas e livrarias. Foi assim que, por acaso, o livro “La Storiografia Digitale” [Ragazzini, 2008] me encontrou. Era um livro bem datado, trazendo artigos com reflexões muito instigantes sobre história, internet e mídias digitais – nada de iconografia na sóbria capa da UTET, dessa vez foi mesmo o título que me capturou subitamente. Pouco depois eu escrevia ao Professor Manoel sobre esse novo interesse. Eu tinha saído do Brasil, após cursar uma disciplina eletiva sobre História, Memória e Patrimônio com ele em que os estudos de memória tinham me chamado muito atenção, e como mais de uma vez falamos do papel da tecnologia em sala, como meio e suporte, começamos um breve diálogo por e-mail. Empolgada pela leitura e pelo incentivo do Prof. Manoel, fui bater à porta de um dos autores, que estava bem ali ao meu alcance, na Villa Salviati, onde se encontravam as instalações da biblioteca do belíssimo Instituto Universitário Europeu. Apesar de ser uma aluna de graduação e me apresentando com um italiano bem “macarrônico”, à época, Serge Noiret me recebeu com muita paciência e entusiasmo. Ele me guiou por uma visita à biblioteca do instituto e depois conversamos longamente. Nesse dia mesmo, Serge me passou inúmeros links com referências sobre o tema da história digital, e foi em torno dessa serendipidade que meu interesse pelo tema da história digital cresceu, e não posso negar a influência que esses encontros tiveram. Isso somado a leituras de textos como o já clássico “A escrita da história” de Michel de Certeau me marcou bastante. A noção de que a produção da história é fruto de uma atividade laboral marcada por tantos aspectos práticos e subjetivos, de que é uma mesmo uma operação complexa, em que nada, nadinha, nem temas, nem fontes, nem onde estamos, nem mesmo as ferramentas que usamos para escrevê-la, é neutro também foi e é muito importante no meu modo de pensar

a nossa disciplina, já pensando no que é a história digital [ou pra que ela serve, para já começar a te responder]. A história digital, como eu comecei a perceber melhor no final do meu mestrado, pode ser apenas um termo para explicar um momento transitório, em que a história não se faz mais exclusivamente com os meios analógicos, ou com os acessórios informáticos de um tempo dominado pelo editor de texto e pelas tabelas eletrônicas. No tempo presente, na cultura [do] digital em que estamos imersos, o uso das tecnologias digitais no dia-a-dia e no fazer do nosso ofício de historiadores pode ter desdobramentos bem interessantes, alguns até com implicações bastante singulares para a escrita da história, como o surgimento de fontes nascidas originalmente em meio digital [*born digital*], e de técnicas de leitura e análise de dados feitas pelas máquinas, como automatização de leitura [*scalable reading*] e diversas formas de mineração de textos [*text-mining, topic modeling*], análise de redes de relacionamento [*network analysis*] e novas formas de gerir, interrogar e visualizar grandes quantidades de informação [*data Science, data vizualisation, big data etc.*]. Toda essa novidade tecnológica traz novos problemas para os profissionais de arquivo, de patrimônio e da história. O modo como lidamos com documentação e memória muda, o modo como compartilhamos, muda e se criam também novas formas de “consumir” a história, pra tomar emprestada a expressão de Jerome de Groot quando escreve sobre história pública. No ano em que eu nasci, 1986, o historiador da tecnologia Melvin Kranzberg formulou algumas máximas sobre a tecnologia, dentre as quais, a primeira *lei* resume o ponto que quero chegar *technology is neither good nor bad; nor is it neutral*. Embora isso tenha sido dito há mais de trinta anos, os saltos de avanço tecnológico, cada vez mais amiúde, atualizam a seriedade dessa frase que é simples, mas coloca para nós historiadores uma questão muito importante e

complexa: como o desenvolvimento tecnológico influencia/altera/condiciona o nosso trabalho? A meu ver, independente do modo como alguns estudiosos a tratam – campo, método, tendência historiográfica ou qualquer outra definição que valha – a história digital é um espaço dinâmico de experimentações, em que se busca refletir sobre esse processo de mudanças, em que se testam e se questionam essas novidades todas, ora de maneira mais teórica, ora de maneira mais pragmática. Sem dúvidas, o termo história digital é também alvo de disputas e o debate por sua definição, às vezes, acaba sendo pouco interessante. Mas há já bastante discussão tanto nas humanidades digitais, quanto na história digital, mais especificamente, que escapam à conversa estéril sobre o que somos, para refletir sobre o que fazemos quando fazemos história digital, partindo para uma do uma abordagem mais “mão na massa” mesmo, que checa as possibilidades e limites de forma prática, mas sem abandonar a crítica em nome da técnica, portanto, buscando um modo mais auto-reflexivo. Epistemologicamente, ainda estamos pra ver a consequência de tudo isso, mas sem dúvidas, a vidara digital nos coloca a necessidade de mais auto-reflexão sobre as nossas práticas, para problematizarmos as condições de produção da história hoje. E refletir sobre o que fazemos e como fazemos, considerando atentamente os meios que utilizamos para isso pode parecer algo muito banal, mas um questionamento profundo, uma desnaturalização radical das nossas práticas hoje, nos ajudará certamente a compreender o que é fazer história ao longo do tempo, reconhecendo que a disciplina é viva incorpora novas dinâmicas, de acordo com o seu tempo. Assim, penso que uma das contribuições mais importantes que os pesquisadores que se lançaram à história digital podem dar, ao promover a reflexão sobre os novos “modos de fazer”, seja documentar e criticar, historicizar, por assim dizer, a operação

historiográfica desse contemporâneo digital. O que muda na fase documental da pesquisa? Quais são as ferramentas disponíveis e como elas podem nos ajudar a interrogar o passado? É possível fazer perguntas novas ou explicar a história de outra forma agora? Como isso reflete no ensino de história e na divulgação o do conhecimento histórico para o grande público? Parece que estou devolvendo as perguntas – e estou – mas acho que o exercício de tentar responde-las de forma densa, pode nos mostrar que há mais do “velho” no novo do que pensamos, e que talvez, para fazer uma boa história *digital*, temos que primeiro saber fazer uma boa história *analógica*, para daí, com uma boa dose de curiosidade e disposição para compreender ao menos um pouco dos aspectos técnicos, poderemos começar a elaborar sobre o que é possível e original agora. Digo isso ciente de que existe um certo *frisson* em torno do digital que respinga na história digital, por vezes apresentada como algo revolucionário, quebradora de paradigmas, refundadora da disciplina. É preciso reconhecer que para além do *hype* que acompanha o termo digital, a história digital não se trata apenas de fazer algo esteticamente diferente, sair do formato monográfico impresso para algo baseado na Web, com animações e os mais variados recursos multimídia. Sem dúvida a forma muda e isso é por si só algo relevante. Contudo, arriscaria dizer que na esteira da operação historiográfica as consequências mais sensíveis do digital são mesmo anteriores à questão do formato, começam com a colocação de um problema historiográfico, condicionando ora mais explicitamente, ora menos, o constructo intelectual que elaboramos antes mesmo de ir à campo. Com isso, quero dizer, por exemplo, que a existência de determinadas técnicas ou ferramentas influenciam até nas perguntas que podemos fazer, na previsão e escolha das fontes que vamos trabalhar e como planejamos fazê-lo. Porém, de tão sutis,

muitas vezes esses condicionamentos passam despercebidos. Não raro o que mais se conhece e se discute sobre os trabalhos de história digital, entre não praticantes, é o produto final, o que é bastante razoável, pois é o que os não especialistas acabam tomando conhecimento. Em todo caso, compreender os hibridismos implícitos ao fazer da história digital pode ser muito interessante para que se desmistifique a ideia de revolução, e se possa começar a observar e criticar a história digital, e assim tirar proveito dela, nas suas especificidades. Posso imaginar, por exemplo, que para os estudiosos da história contemporânea o letramento digital de base para compreender como funcionam determinadas ferramentas e plataformas digitais pode ser de grande importância para vislumbrar possibilidades de trabalho com fontes nascidas digitais. E com isso, não quero dizer que o historiador de hoje será necessariamente um programador, um expert em ciência da informação, um super entendido de computação. Ao contrário, devemos estar cada vez mais atentos ao que é fazer história hoje, ao fazer e criticar a seleção de fontes e ferramentas e métodos que vão nos ajudar a realizar uma pesquisa, e por isso o cuidado no tratamento das fontes, o apreço pelo rigor e honestidade da interpretação, o exercício hermenêutico, feito pelo homem e não pelas máquinas, permanece tão crucial. Nesse sentido, quase meio século depois, me sinto mais confortável em discordar do que outro *Annales*, o francês Emmanuel Le Roy Ladurie, disse acerca da técnica “O historiador de amanhã será programador ou não será” [Ladurie, 1968]. Aqui no *Centre for Contemporary and Digital History* da Universidade de Luxemburgo, embora sejamos muito estimulados a participar de oficinas e treinamentos específicos para a manipulação de determinados *softwares*, nem todos somos exímios programadores, a começar por mim mesma, que me limito bastante ao uso das

interfaces amigáveis do usuário, tendo começado apenas recentemente a me aventurar nos terminais de comando. Contudo, algum conhecimento técnico é preciso para abrir a caixa-preta e superar alguns obstáculos, entender o funcionamento de determinado programa e conseguir compreender se este pode ou não ser útil para essa ou aquela pesquisa. O mote da unidade de treinamento doutoral que começou por aqui este ano [2017], tendo por tema “História Digital e hermenêutica” é, justamente, o da experimentação lúdica e criativa com ferramentas tecnológicas e digitais para a interpretação e apresentação da história, o que no C²DH resumimos como *thinkering* uma junção dos verbos do inglês *tinkering* [mexer, fuçar] e *thinking* [pensar].

Fagno Soares: Compreendemos, pois o campo da história digital, um espaço profícuo ao debate interdisciplinar de pesquisadores, amalgamando diferentes linguagens e tecnologias. O crescente interesse pela temática, sublinha a necessidade de refletirmos acerca das disputas conceituais e de campo da história digital, bem como, suas perspectivas, experiências e tendências no Brasil. Deste modo, como você tem avaliado a história digital no Brasil e sua relação com a história pública?

Anita Lucchesi: Minhas primeiras impressões, quando comecei a pesquisar a relação entre história e novas mídias no Brasil era de que havia uma grande resistência ou, melhor dizendo, um certo desinteresse pelo tema. Os primeiros artigos sobre o tema nem utilizavam a expressão história digital, ou ainda historiografia digital. Atualmente o quadro é outro, e tudo mudou muito rapidamente. Se os textos em português [traduzidos ou originalmente escritos

no Brasil] do final dos anos 1990 e início dos 2000 tangenciavam o tema, ao discutir cibercultura, ciberativismo, leitura digital, novas tecnologias de informação e da comunicação na sala de aula, os textos da década seguinte já são bem mais diretos na colocação de questões pertinentes à relação entre a nossa disciplina e a novidade da Web, atualizando para a realidade 2.0 o que o Prof. Luciano Figueiredo havia bem pontuado sobre o uso do computador [mais focado na informática e o universo 1.0] e a história num texto presente na coletânea *Domínios da História*, em 1997. Já abrindo a nossa década, eu destacaria o certeiro “Escritos sobre história e internet” do Prof. Dilton Cândido Santos Maynard, com quem trabalhei durante meu mestrado. Em 2011, essa coleção de breves ensaios já colocava a questão de forma muito madura, não se tratava de avaliar a tecnologia como “boa” ou “má”, mas buscar entender como, qualitativamente, ela alterava a nossa disciplina. Se o trabalho de Noiret tinha sido importante para me fazer chegar à história digital, essa publicação do Prof. Dilton se constituiria numa importantíssima referencia para mim no Brasil, especialmente no que diz respeito ao apelo pela crítica e o esforço pela superação dos maniqueísmos e preconceitos que por vezes comprometiam o interesse e as eventuais abordagens pelo tema. Na linha do que dizia Kranzberg sobre a não neutralidade, Prof. Dilton, falando do lugar de um estudioso do tempo presente, buscava sensibilizar o leitor sobre as várias facetas do problema “história e internet”, do ponto de vista pedagógico e historiográfico, convidando à reflexão e abrindo espaço para diálogo. A falta de outros trabalhos [escritos] de fôlego sobre o tema, consagrou os eventos acadêmicos como fóruns por excelência para esta temática, criando oportunidade para os interessados no mesmo problema se encontrarem, trocarem experiências e compartilharem questões e referencias. A tecnologia começou a ser cada vez

mais frequente nas ANPUHs regionais e nacionais na última década. Quando estava escrevendo a minha monografia, lembro bem de que os anais de eventos eram, no Brasil, os principais espaços de veiculação de textos articulando história e tecnologia de alguma forma. Mas isso começava a se intensificar mesmo, só em 2011, quando, para o Simpósio Nacional de História [ANPUH, SP] Iandra Pavanati e Richard Perassi Luiz de Sousa da Universidade Federal de Santa Catarina, à época, discutiam um trabalho intitulado “História Digital, Ensino de História e Tecnologias de Comunicação Digital”. Neste texto, os autores apontavam a escassez de trabalhos na área, mas já apontavam que o digital impunha para a história a necessidade de rever sua práxis. Atualmente, além de ser cada vez mais raros congressos que não apresentem ao menos mesa ou trabalho abordando um tema afim, tem se tornado mais comum a presença do tema em revistas acadêmicas e mesmo dossiês especiais, como este, aliás. Isso certamente revela que houve uma abertura significativa em vista da relativa resistência que eu dizia no início. Abertura que, sem dúvidas, viabiliza conversas e trocas que acabam por sensibilizar mais e mais pesquisadores. Lembro que durante a graduação, a única pessoa com quem eu realmente trocava algo sobre a história digital era a Camila Guimarães Dantas, que também tinha sido orientanda do Prof. Manoel. Camila tinha escrito um trabalho para a ANPUH 2009 sobre a escrita da história em suporte digital que me ajudou muito a compreender os desafios e a importância de explorar mais esse nicho. Hoje, felizmente, a paisagem está colorida no que diz respeito a perspectivas de análises, espaços de fala, enfoque teórico... Nos anos do mestrado, além da intensa colaboração com o Grupo de Estudos do Tempo Presente [UFS], que se lançava à problematização de fontes nascidas digitais, ciberetnografia etc., também passei a fazer atividades e escrever com

companheiros de viagem como Marcella Albaine e Bruno Leal, que por caminhos diferentes, seja pelo ensino da história que pela comunicação e divulgação científica, chegaram à mesma praça de debate. E esta agora só tem se alargado, felizmente, com sujeitos de campos cada vez mais distintos: memória, ensino, arquivo, informação. Ano passado, no Rio de Janeiro, por exemplo, houve a inauguração do Laboratório de Humanidades Digitais [LHuD], do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas [FGV, CPDOC], com um ciclo de palestra. O palestrante de abertura seria ninguém menos que o Prof. Ricardo Pimenta do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia [IBICT/UFRJ], que há alguns anos vem se dedicando à pesquisa de memória e, mais recentemente, aos desafios da memória digital. Embora esse movimento possa fazer crer que, mais uma vez, é no ensino e nas águas da história contemporânea que essa discussão escorre, também é possível observar, no últimos anos, o surgimento de outras pesquisas que extrapolam a educação e registro contemporâneo mais factual, como por exemplo o trabalho do Prof. Tiago Gil na Universidade de Brasília com o desenvolvimento do Atlas Digital da América Lusa, ou o do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade [NEHM], da Federal de Ouro Preto, que vem propondo um reflexão provocadora a partir da teoria da história. Não vou ficar aqui listando o nome de todos os pesquisadores envolvidos com história digital de alguma forma, pois terminaria por cometer muitas injustiças, haja vista a rapidez com que este debate tem se atualizado, mas acho importante pontuar esse dinamismo e a crescente diversificação de abordagens, que é para mim uma das tendências do momento nisto que você chamou de "campo". Por falar em atualização, aliás, o trabalho recente dos professores Mateus Pereira e Valdeir Araujo [NEHM/UFOP] sobre

Updatism / Atualismo, é um bom exemplo dessa diversificação e demonstra também um substancial amadurecimento da discussão em nível nacional. Ao refletirem sobre o conceito de atualização na experiência histórica na Era Digital, os professores Mateus e Valdei dialogam com muitas referências e audiências não-brasileiras, colocando o Brasil no mapa também quando se trata de investigações mais filosóficas. A reflexão sobre o *atualismo* como eles propõem é, para mim, uma das maiores sacadas que já vi até agora para pensar historiografia e temporalidade na era digital. Eles situam a problemática numa significativa ruptura entre o momento historicista-moderno e um “cronótopo” – como quereria Gumbrecht – ou “regime de historicidade” – se ficamos com Hartog - que emerge no Pós Segunda-Guerra. Ando muito curiosa para ver o desenvolvimento desse trabalho, até porque eles atualizam também o tipo de fonte que utilizam para pensar o problema, se antes os clássicos textos historiográficos, crônicas, romances históricos etc., hoje se pode também, e se deve, pensar nas séries de TV [a cabo e *online streaming*], como *Black Mirror* ou *Sense8*. Eu espero que uma reflexão como essa, a partir desse relativamente novo documento de ficção, fruto do tempo do alto consumo de informação e entretenimento instantâneo e personalizado [como no caso dos conteúdos Netflix], venha a contribuir muito para que aprofundemos as análises sobre o digital e consigamos ter uma compreensão mais holística de como a tal “virada digital” aparece na história da historiografia e por quê é importante estudá-la não apenas no que diz respeito ao ensino e divulgação da história, mas também no que diz respeito às práticas de escrita da história propriamente dita. A relação da história digital com a história pública também passa muito pela realização de eventos, em que a sinergia entre projetos que discutem a divulgação da história para grandes públicos e o engajamento do público na

realização de projetos, com iniciativas de história digital fica muito clara. O fato da Internet ter se tornado um dos principais canais para ampla divulgação de informação é um dos pontos altos nesse namoro da história digital com a história pública, mas há outros aspectos metodológicos interessantes, como a possibilidade da realização de projetos fazendo *crowdsourcing*, ou o potencial lúdico e pedagógico da história digital que pode servir a história pública. É a tecnologia, neste caso, a principal ponte, mas também não podemos esquecer que a vocação interdisciplinar e de colaboração, tão forte na história digital, à aproxima por demais dos ideais da história pública, mesmo muito antes da popularização da Web [anos 1990]. O principal lugar desse encontro, e dessa colaboração, no Brasil [mas não só], me parece a ser a história oral, em que o convite à reflexão sobre a “autoridade compartilhada” de que nos fala Michael Frisch, leva, facilmente, ao encontro com o público. As tecnologias, nesse caso, vêm já há algumas décadas mediando essa relação, - por quanto mudem, do gravador analógico ao mais moderno aparato de gravação audiovisual, elas estão sempre lá. Não por acaso, no Brasil, a Rede Brasileira de História Pública reúne tanta gente trabalhando com história oral, nomes de colegas como Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida, Marta Rovai e Ricardo Santhiago, envolvidos realização de diversos eventos, organização de oficinas e minicursos, além das principais publicações sobre o tema no Brasil “Introdução à História Pública” [Almeida & Rovai, 2011] e “História Pública no Brasil – Sentidos e itinerários” [Mauad et al., 2016]. Tanto no que diz respeito à diversificação de abordagens, quando no que diz respeito à interação cada vez maior com a história pública, penso que a história digital tenho muito a ganhar. Só fico sempre desconfiada quando qualquer coisa com o adjetivo digital parece ser interessante... Por isso, acho que um caminho segura é tentar ler e interpretar

também o próprio movimento que instaura essa “moda”. E isso é um trabalho para todos, não só para quem pensa a historiografia. Ser auto-reflexivo e crítico sobre os processos de escolhas que nos levam a certos temas ou métodos não significa que tenhamos que escrever dois ou três capítulos extras nos nossos trabalhos [ou talvez sim, risos], talvez alguns parágrafos e notas de roda-pé resolvam, o interessante, eu penso, seja tentar tornar explícito os processos de seleção, tantas vezes implícitos. No que diz respeito à história digital e a história pública, penso que esta explicitação também ajudaria aqueles que estão de fora a entender a relevância dos estudos e quiçá desmistificar algumas visões equivocadas sobre a história pública e digital ser apenas uma espécie de “história cosmética/cosmetizada”, concentrada apenas na forma, sem real significado ou importância. A primeira aula que dei aqui na Universidade de Luxemburgo, aliás, foi em dezembro de 2015, para uma turma do mestrado em História Contemporânea da Europa, e me lembro bastante que demorei pra escolher o título certo para o primeiro encontro: *Digital Public History: towards a step beyond the hype*.

Fagno Soares: A Rede Brasileira de História Pública [RBHP], congratulam interdisciplinarmente pesquisadores, profissionais e estudantes que perscrutam acerca da história pública e tem contribuído na promoção de discussões e difusão do conhecimento histórico que gravitam em torno da temática. Neste sentido, em que medida a história pública e a história digital se aproximam e/ou distanciam? Qual o contributo desta no fortalecimento da outra?

Anita Lucchesi: Muito importante esta pergunta. Nem toda história pública é digital e, algumas vezes, o contrário também é verdadeiro. Sem dúvidas, a rede mundial de computadores proporcionou um espaço novo para a popularização de formas de história. Esse processo ocorre tanto no sentido da história acadêmica sendo divulgada para um público mais amplo, a partir das redes, quanto no sentido da emergência de novos autores, de não-historiadores, que se dedicam a alimentação de sites ou canais de vários tipos [nas redes sociais ou outros ambientes, como os novos “youtubers”] relacionados à história. Contudo, seria equivocado imaginar que qualquer site com conteúdo de cunho histórico na internet seria um lugar de história pública e digital. Se tudo é [ou fosse] história pública e história digital na web, nada o é [ou seria]. Cada prática tem uma sua especificidade e como no Brasil a emergência da história pública [com este nome] a partir das atividades da RBHP coincide, mais ou menos, com o aumento das discussões acerca da história digital, às vezes receio que haja uma confusão entre o que cada uma é - embora, é verdade, haja muitos pontos de contato e em muitos aspectos elas se complementem, como escrevemos Bruno Leal e eu em um capítulo do último livro organizado pela Ana Mauad, Juniele de Almeida e Ricardo Santhiago “História Pública no Brasil – sentidos e itinerários” [Letra & Voz, 2016]. Neste artigo Bruno e eu falamos de como as tecnologias digitais e a internet favoreciam a divulgação histórica num encontro entre história digital e pública. Eu gostaria de aproveitar a sua pergunta para chamar atenção para as diferenças entre elas e lembrar que antes desse casamento que pode parecer tão natural, o que ocorre é uma espécie de transformação nas práticas, uma atualização de uma pela outra, vejamos. De saída, é preciso lembrar que a história pública [sob diferentes designações em cada país], é algo que remonta os anos 1970, e portanto muito distante da

forma de história digital que conhecemos hoje. No Brasil, generalizando bem, para encontrar um denominador comum, eu diria que a nossa ainda jovem história pública esteve quase sempre engajada com temas relacionados à justiça social, de modo que seria possível observar um desejo muito forte de inclusão, de diversidade, de polifonia, que pudesse contemplar os diferentes sujeitos da pesquisa de pesquisa, quase sempre ressignificando a ideia de autoria e autoridade de um projeto, e tendo objetos de estudo como sujeitos autores e [ou] co-autores de estudos. Essa atitude pró-engajamento cívico, reconhecendo na função historiadora uma função social, não necessariamente se apresenta em projetos de história digital, mas claro que isso pode acontecer, e acontece bastante. O trabalho de historiadores e antropólogos nos quilombos fluminenses, por exemplo, são bem anteriores à popularização da Web no Brasil, e a participação das diferentes comunidades como atores históricos nesses projetos não dependia em nada da tecnologia. Contudo, um exemplo recente de como a tecnologia digital pode vir a somar em projetos de história pública pode ser visto no projeto Passados Presentes [<http://passadospresentes.com.br/>] coordenado pelas historiadoras Hebe Mattos, Martha Abreu, Keila Grinberg, que desenvolveram um aplicativo para refazer trajetos da escravidão e do tráfico negreiro no estado do Rio. Nesse caso, a tecnologia mobile e a possibilidade de integrar os trajetos a mapas e a utilização de QRs codes para acessar informações in loco foram grandes aliadas. Os sistemas de informação geográfica e a tecnologia mobile, também têm sido recursos cada vez mais comuns no que diz respeito a materiais didáticos digitais que potencializam a saída da sala de aula. Um conceito interessante nessa junção do caráter pedagógico, com GIS e atividades externas é o de “curadoria da paisagem” [ver curatescape.org] como desenvolvido nos projetos

liderados pelo time do historiador público Mark Tebeau da Cleveland State University. Há em iniciativas como a do Passados Presentes e outras como essa da curadoria da paisagem muitos aspectos afins da história pública e da história digital, mas para mim um dos grandes potenciais aqui é o crowdsourcing e a possibilidade de usar a tecnologia de modo a permitir “a shared authority” como nos fala o historiador Michael Frisch. Bem conhecido pelos praticantes da história oral, Frisch recentemente também tem se decidido a como as tecnologias digitais podem transformar a prática da história, e por quê não, da história pública. Para ele, e eu também me inspiro muito nessa visão, o digital nos ajuda a criar lugares de encontro como uma cozinha, um espaço magnífico de conversa, certo? Quem não gosta de um dedinho de prosa na cozinha? Acho um dos pontos altos dessa metáfora é possibilidade de misturar os cozinheiros, de trocar receitas, experimentar com diferentes ingredientes.... sem necessariamente poder controlar o resultado. Nisso o apêlo à interdisciplinaridade, o convite a sair da nossa zona de conforto, é grande. Essa experimentação, como eu vinha dizendo acima, é para mim um dos pontos altos das formas de se explorar história digital e, em se tratando de história pública, experimentar novas ferramentas para entrar chegar a novos públicos e autores, é, a meu ver, um dos mais fortes contributos que o lado digital pode oferecer. É, aliás, nessa seara que venho desenvolvendo minha tese de doutorado, refletindo sobre as condições de produção da história [pública e digital] hoje. Com sorte [e tempo] conseguirei publicar alguma coisa em português sobre meu experimento com um aplicativo mobile desenvolvido pelo Frisch, o crowdsourcing a partir desse app www.PixStori.com é uma etapa documental central do meu projeto de História Pública e Digital sobre memória da migração no Luxemburgo.

Fagno Soares: Em sua pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro [PPGHC/UFRJ], *Digital history e storiografia digitale*. estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente [2001-2011], sob a orientação do professor Dilton Cândido Maynard, você realizou um estudo comparativo entre duas tendências historiográficas: a norte-americana *Digital History* e a italiana *Storiografia Digitale*, estabelecendo suas relações de diferenças e similitudes. Trata-se de um estudo inaugural no Brasil que fez frente ao início da constituição de um conceito em história digital no Brasil. Atualmente no Brasil vem se discutido muito sobre a história pública, e mais recentemente sobre a história digital, em certa medida, tem ocorrido um esforço no sentido de elaborar um conceito à história pública e história digital praticadas no Brasil. Devo destacar que sua pesquisa *"Historiografia em rede: história, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI,"* foi premiada em 2013, pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia - SBTHH. Neste sentido, diga-nos como tem se dado a história digital *la brasileira*? Quais as contribuições da tendência estadunidense e italiana para a constituição conceitual e metodológica da nascente história digital brasileira? E como você situa sua dissertação de mestrado neste contexto?

Anita Lucchesi: Primeiramente devo dizer que é muito gratificante saber que o meu humilde trabalho se tornou uma referência e fico lisonjeada [e apavorada, rs] com o termo "estudo inaugural". Obrigada pela pergunta específica sobre a minha dissertação, aliás. Contudo, acho que vou me repetir, se voltar a falar das

minhas impressões sobre o que era a discussão da história digital no Brasil quando comecei a pesquisa, resumindo, aquele movimento de sair de uma certa resistência para entrar na moda, quase. Hoje em dia, cada vez mais fala-se do digital e da história, ainda que nem todo mundo dê esse nome, mas quando vejo “história digital” ou “historiografia digital” tenho a impressão que o trabalho é de alguém também leu algumas referências de fora do Brasil [e aí, nem acho que meu trabalho seja tão relevante]. Um aspecto importante para pensar o que você chamou de história digital à “la brasileira” e a influência italiana ou estadunidense nisso é pensar a predominância do inglês na área... Como observei na minha dissertação, raras vezes, os historiadores trabalhando nos EUA sobre o tema citavam nominalmente trabalhos italianos, e aí ficou em aberto uma questão que não consegui responder se essa diminuta referência se devia a uma aspecto teórico ou simplesmente à não-leitura de textos em italianos. Pessoalmente, hoje, tendo circulado um pouco mais os fóruns internacionais de história digital e humanidades digitais eu tenho a impressão que a baixa publicação de historiadores italianos em língua inglesa é, sem dúvidas, o maior obstáculo. Mas, ao mesmo tempo, para o período que analisei em minha dissertação [2001-2011], esse obstáculo era uma dificuldade, vamos dizer, bastante conveniente para quem produzia nos EUA, até porque havia [e isso perdura] aquela sutil disputa pela definição do que vinha a ser a história ou historiografia digital e aqui, falando em termos globais, sem dúvidas quem saiu ganhando em termos de difusão do termo, possibilidade de demonstração etc. foram os estadunidenses. Estou simplificando o quadro, quando digo isso, é claro, mas em linhas gerais, isso também ocorre no Brasil, sendo muito mais raro encontrar referências aos italianos também por aqui. Não se trata porém, aqui, de fazermos uma defesa [ou um ataque] de um lado ou de outro, mas

observar as diferenças. Uma característica muito forte da prática e definição do que é história digital como proposta pela turma da George Mason, por exemplo, é a abrangência do ensino de história também. Nos EUA um dos primeiros “produtos” de história digital foi uma espécie de material didático digital, um CD-Room, ainda tem gente que usa essa expressão?, chamado “Who Built America?” [Rosenzweig, Brier e Brow, 1995], escrevo sobre isso também na dissertação e não vou me alongar aqui sobre as características desse material, mas este é um dado muito significativo, o de que uma das primeiras produções-referência era uma coleção multimídia de fontes históricas para serem utilizadas em sala de aula. Não fiz nenhuma densa pesquisa bibliográfica sobre o espaço de produção italiana recentemente, mas para a época estudada, esse enfoque pedagógico não era uma preocupação muito forte para quem produzia por lá. A ideia da “storiografia digitale” – e aqui é importante pensar na utilização do termo historiografia e não apenas história – era mesmo uma de discutir questões muito caras à operação histórica, como queria Certeau, mas concentrando-se na área da pesquisa. No Roy Rosenzweig Center for History and New Media, da George Mason, “Teaching” sempre foi [é possível até consultar isso na *way back machine* via InternetArchive.org] uma sessão importante do website deles, cartão de visita do centro, podendo-se perceber que mesmo na hierarquia do site o ensino aparecia em pé de igualdade com as ferramentas que este centro desenvolvia para se “fazer história digital” e o elenco de projetos de pesquisa em história digital. No Brasil, me parece que o ensino também tem uma centralidade igualmente importante, desde os primeiros trabalhos de congresso sobre história, novas mídias e internet, por exemplo, como comentei acima, até os trabalhos mais recentes como o da Marcella Albaine sobre ensino de história e games [2017], ou mesmo a proposta

que Marcella e eu tentamos desenvolver em nosso artigo sobre “historiografia escolar digital” [História, Sociedade, Pensamento Educacional: experiências e perspectivas, Org. Dilton Cândido Santos Maynard & Josefa Eliana Souza. Rio de Janeiro: Autografia, 2016. Mas para além dos trabalhos publicados, a atenção ao digital e seus potenciais e problemas para o ensino, bem como a direta relação disso com a escrita da história em si, tem sido tema de aulas e trabalhos do Mestrado Profissional em História, em que um dos projetos finais dos alunos pode ser, justamente, o desenvolvimento de um material didático digital. Em nível nacional, acho que nenhuma iniciativa poderia ser tão significativa como esta e estou curiosa para ver no giro dos próximos anos o que a massa crítica do Mestrado Profissional terá produzido nesse sentido. Por este lado, se eu fosse aproximar o Brasil da Itália ou dos EUA eu certamente seria levada a aproximá-lo dos EUA, contudo, com trabalhos como o meu, e como os dos professores Mateus Pereira e Valdeir Araujo, como comentei acima, acho difícil dizer que no Brasil não existe, ao contempo, uma preocupação muito grande também em pensar questões mais profundas para a escrita da história, discutir a temporalidade, ou o formato tradicional do texto e da fonte histórica. Pensando assim, como o Ricardo Santhiago já disse certa vez sobre a história pública brasileira, acho que a nossa história digital é bastante inventiva e original no Brasil, não seguindo, necessariamente, nem um nem outro referencial, mas criando seus próprios caminhos. Daí o fato de em alguns destes trabalhos de congressos que comentei acima, as referências ao já clássico guia escrito pelo Rosenzweig e pelo Daniel Cohhen - “Digital History” – não serem uma regra, tampouco referências aos primeiros italianos a publicar na área, como o Rolando Minuti. Talvez o borogodó da nossa história digital resida justamente nessa busca por algo mais híbrido, que tenta conciliar ensino,

pesquisa e divulgação. E esse é um dos aspectos que me deixa muito contente com o desenvolvimento da discussão no Brasil, vira e mexe me pego pensando como o professor Manoel Salgado veria esse movimento, ele que advogava tão fortemente pelo fim da separação entre a escola e a universidade, coisa que na formação dos futuros professores de história da Universidade Federal do Rio de Janeiro está consolidada na própria arquitetura e divisão espacial dos campi, já que as disciplinas da licenciatura têm lugar, majoritariamente, no campus da Praia Vermelha, enquanto os futuros bacharéis estão sendo formados lá no Largo de São Francisco.

Fagno Soares: Noutro texto, intitulado de *“Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital”* publicado na Revista História Oral, v. 17, 2014, você trata das relações entre a história oral e a história do tempo presente na publicização de testemunhos orais na web, tão em voga em muitos países. Sabemos que os acontecimentos histórico-sociais contemporâneos, são o mote da história digital e tem ampliação cada vez maior da audiência no ciberespaço. Você utiliza a expressão *operação histórica em tempos de cibercultura*, explique para nós como as inovações digitais tem influenciado as pesquisas em história, e por conseguinte, a construção das narrativas? Como você análise esta questão? Fale-nos um pouco dos desafios institucionais, teóricos e metodológicos do historiador da era digital ao escolher perscrutar no *métier* da história do tempo presente e ao mergulhar no ciberespaço.

Anita Lucchesi: O “institucional” aqui é certamente um dos maiores desafios. Quando pensamos em disponibilização de testemunhos na internet, uma dimensão que não fica muito evidente para nós em outros registros de trabalho com fontes históricas é a questão do copyright, da privacidade do sujeito doador do testemunho, de sua imagem, e todo esse pacote de novas questões éticas para refletirmos. A possibilidade de levar a história oral para a rede mundial de computadores, não apenas como produto editado, transcrito e publicável, mas também pensando nas gravações originais na íntegra, em áudio e vídeo, é muito interessante mas traz consigo muitos problemas e desconfiças. Primeiramente, de ordem prática, há “problemas” derivados da necessidade de o historiador em questão saber achar seu caminho no meio digital para conseguir fazer ele mesmo uma publicação online desse material, ou saber em que termos ter uma conversa com alguém de Tecnologia da Informação, ou um programador, um web designer que vá assessorá-lo no processo de preparar este conteúdo para a web. O tipo de texto, a linguagem, o tamanho, a formatação, a inserção de metadados, a criação de hiperlinks... tudo isso é novo e demanda do historiador um certo preparo, um letramento digital que para os acostumados a trabalhar apenas no editor de texto do computador por requerer um certo tempo. A primeira problemática aqui é que muita gente no campo da história oral pode até ter interesse em levar o conteúdo para a internet, mas nem sempre tem todos os recursos [hábeis e financeiros] para fazê-lo, o que gera um primeiro gargalo que pode parecer intransponível – demanda-se tempo e em muitos casos, dinheiro, também para pagar por serviços de web como hospedagem, espaço de armazenamento etc. Na realidade brasileira, em que a colaboração de profissionais da ciência da informação e da computação com historiadores é a exceção, esses requisitos

específicos para a publicação digital pode ser um entrave. Por outro lado, há muitos anos a história oral batalha para construir uma base comum de referências e de experiência sobre como tratar o parceiro entrevistado, suas informações pessoais, preservar sua integridade – daí a normalização de uma série de protocolos de anonimização, por exemplo. Contudo, recentemente, no campo das humanidades digitais e da história digital, vem se falando cada vez mais sobre como a possibilidade de utilizar a internet para a publicação da história oral no seu formato mais cru – o audio mesmo, ou o próprio vídeo – seria relevante para finalmente ultrapassar o texto escrito [mais comumente a transcrição] como principal suporte de uma prática que nasce da oralidade, o que para muitos soa como um contrasenso. Historiadores mais experientes no campo da história oral vão argumentar, por exemplo, das vantagens de se poder acessar a auralidade através de um registro audiovisual de uma entrevista, que pode mostrar toda a linguagem corporal do entrevistado, o universo paralelo dos gestos [quase impossível se ser traduzido numa transcrição de entrevista], as emoções, o tom de voz, as pausas repentinas, silêncios e olhares que podem acrescentar tanto para a interpretação de uma entrevista. Porém, apesar dessas vantagens todas, caso um de nós resolvesse aprender todo o necessário para publicar por si só o conteúdo de história oral num website de um projeto ou em outro repositório, outra etapa deveria ainda ser encarada, e essa é bastante delicada: aquela de uma nova forma de negociação, de diálogo, com o participante de um projeto em que se possa alcançar o máximo de clareza possível do que significa publicar um conteúdo audiovisual na internet, “botando a cara” em público. Se a relação entre entrevistador e entrevistado já o é, normalmente, uma de constante conversa, para preservar a liberdade da pesquisa do historiador, mas também preservar a

dignidade e o anonimato de entrevistados, quando se parte para o mundo dos testemunhos não anônimos, a serem veiculados na web, existe a necessidade de se pensar e se atualizar o contrato de parceria com este sujeito, e aqui não estou falando diretamente do papel que as pessoas normalmente precisam assinar para que nós consigamos publicar um trabalho sem riscos de sermos brecados pelas comissões de ética. Aqui estou falando de algo anterior, da ordem das relações humanas mesmo, do diálogo, da sensibilidade, de como explicar, por exemplo, a uma pessoa sem escolarização, o que significa participar em um projeto que colocaria seu rosto e seu nome e sua história num espaço público da web. Em alguns casos, imagino eu, caberá a esse historiador, repensar e abrir mão de alguns conteúdos, mas em outros casos, em que o sujeito não esteja exposto a nenhum processo vexatório, por exemplo, ir à público com vídeo e tudo pode ser muito efetivo. Pensando em projetos de história digital e pública que geralmente lidam com questões delicadas do presente dos sujeitos envolvidos, a web pode ser uma ferramenta indispensável de empoderamento, que auxilia a dar visibilidade e representatividade aos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo que disonibiliza para a sociedade toda, para quem quiser ver, os “documentos”, a evidência direta daquilo que se discute, sem muitas interferências do historiador na mediação desse contato entre leitor e doador de testemunho. Ora, aqui se põe, para além do aspecto ético que eu vinha dizendo, ainda uma outra camada que precisamos refletir no nosso fazer historiográfico no presente, um que diz respeito ao caráter metodológico, ao próprio estilo, e à retórica dos nossos textos: estamos prontos para disponibilizar integralmente as nossas fontes “primárias” para serem lidas, ouvidas, assistidas e interpretadas pelos nossos leitores? Veja bem, aqui não estou dizendo que precisamos deixar de fazer o nosso trabalho de crítica, de

interpretação e de tentar responder as perguntas que nos colocamos no início de uma pesquisa. Estou falando de algo distinto, da natureza de um novo texto historiográfico, não necessariamente limitado à palavra escrita e à leitura dos nossos pares, mas algo que possa ser acessado em diferentes camadas por nossos leitores [sejam eles outros acadêmicos ou não], com possibilidade de lerem as nossas interpretações, mas também de acessarem direta e instantaneamente aquele documento [neste caso, um testemunho, por exemplo] que serviu de base para nossa interpretação. Além do aspecto de nós mesmos podemos avaliar e interpretar a auralidade de uma entrevista ou testemunho, quando um conteúdo desses se torna público online, outras pessoas terão a mesma oportunidade e poderão também elaborar suas próprias interpretações daquele conteúdo, sem, necessariamente, ter de confiar na nossa interpretação. Obviamente essa liberdade de interpretação do leitor existe mesmo em texto analógicos, não estamos aqui falando de reinventar a roda, mas, é bem verdade que quando se trata de trabalhos de história oral, ter acesso apenas às transcrições pode condicionar significativamente esse aspecto. Assim, naquele meu texto para a revista de história oral eu argumentava que no nosso tempo presente a tecnologia digital podia servir como uma ponte, um interface que pode ligar a oralidade à dimensão pública, civil, se quisermos, da história. Em projetos como o HerStories [herstoryarchive.org/], do Sri Lanka, que eu comento nesse meu artigo, a publicação online era um dos caracteres centrais. Levar o todo o conteúdo elaborado junto com as mulheres sobreviventes da guerra cívil no país, que se tornaram chefes de família na ausência dos maridos, mostrou que apesar de serem de etnias diferentes [que no tempo da guerra, estavam de lados distintos], essas mulheres tinham trajetórias muito semelhantes, compartilhando muitas experiências traumáticas de guerra que, ao

invés de separá-las ainda mais, podiam ter um caráter de reconciliação e colaborar para o processo de transição para um tempo de paz em que o país se encontrava. Em conversas com a curadora do projeto, Radhika Hettiarachchi, ficou claro pra mim que fazer história pública nestes termos traz ainda uma outra dimensão para o nosso trabalho que teórica e metodologicamente fazem a diferença, algo mais físico e corporal, que exige um tempo, uma dedicação e um envolvimento afetivo muito diferente com nossos projetos. É, sem dúvidas, muito distinto ir a campo para um projeto como Herstories, do que ir e voltar todos os dias do arquivo. Brincando, as duas, nos rimos de pensar que os documentos que estão lá nos arquivos não criam nenhuma expectativa sobre nós. Nessa nova configuração, em que convencemos pessoas de carne e osso a irem a público num projeto do gênero, exige um envolvimento muito grande com estes sujeitos e acho que esse aspecto é um dos maiores desafios dessa nova prática, maior até que os limites de conhecimento técnico. Uma colega no Centro de História Contemporânea Digital, por exemplo, me contava que no processo de construir um banco digital de história oral [com militares] ela ouviu algumas respostas muito inusitadas dos participantes, como, um senhor holandês que lhe disse, tudo bem colocar “aquilo online”, desde que os alemães não ouvissem...

Fagno Soares: Em seu artigo publicado, em 2012, nos Cadernos do Tempo Presente do Grupo de Estudos do Tempo Presente – GET, ligado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe – UFS, com um título bastante sugestivo *“Histórias no Ciberespaço: Viagens sem Mapas, sem Referências e sem Paradeiros no Território Incógnito da Web”* traz provocantes

reflexões quanto aos usos de documentos disponíveis no ciberespaço. Gostaríamos que tratasse um pouco mais deste tema, refletindo sobre a importância do historiador aprender a lidar com o que você chamou de *regime de hiper imediatividade*.

Anita Lucchesi: Este artigo nasce das preocupações que eu tinha desde a época da escrita da minha monografia, *"Historiografia em rede: história, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI,"* que acabou sendo premiada em 2013, pela Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia - SBTHH. Na dissertação eu tentei ampliar um pouquinho a discussão deste artigo, embora o tema central dele, não fosse, necessariamente, algo crucial para a minha comparação entre Itália e Estados Unidos... O meu interesse ali era discutir os desdobramentos do hipertexto no fazer do historiador, e esse é dos dos aspectos que até hoje mais me intriga quando penso em história digital. Sem mapa, sem referência e sem paradeiro – algo muito incerto, um território desconhecido para nós, cujas regras são diferentes do que a tradição já assentou. Assim eu penso na prática que levamos para a web. Não aprendemos na faculdade de história como é o modo "certo" de escrever história online [existe um?]. Como uma disciplina como a nossa, nascida da crítica rigorosa das fontes, e que ao longo do tempo estabeleceu tantos cânones, lida com este novo? Este é o tema do artigo, cujas reflexões também apresentei num congresso de história contemporânea em Buenos Aires e depois publiquei em italiano o artigo que aqui traduzo livremente como « Sobreviverá a história ao hipertexto? » em diálogo com o historiador italiano Antonino Criscione, que se colocava a mesma pergunta alguns anos antes. De certo, quando deixamos o suporte em papel para publicar online, não precisamos, como diz o ditado, jogar fora o bebê junto

com a água da banheira, quero dizer, não precisamos deixar de lado tudo o que aprendemos sobre fazer história [analogicamente], nem o rigor, nem o compromisso com a verdade, nada disso. Contudo, há especificidades desse modo de escrever. Não é muito amigável para um texto de internet, por exemplo, que ele apresente inúmeras laudas como uma monografia impressa, ou que contenha apenas texto sem imagens... Em todo caso, esse tipo de texto ainda existe na web, sem falar dos milhares de periódicos que publicam as versões eletrônicas [em PDF] dos textos impressos. Mas não é do PDF que estou falando, aquele é apenas uma « impressão eletrônica », uma mera mudança de superto. Quando penso na escrita para web penso nos textos que nascem digitais, em conteúdos de websites, em blogs, em redes sociais etc. Nesse mundo dos textos nascidos digitais, a referências do número de página, por exemplo, não existe, não dá para contar as laudas. E pensando em algo que é mais caro ainda aos amigos historiadores, podemos pensar nas notas de rodapé – o que acontece com as notas de rodapé nos textos nascidos online? Ou, mudando a pergunta, no ambiente da web, qual seria o parâmetro de erudição, a marca indelével do nosso ofício, como sugeria Anthony Grafton no seu « Pequeno Tratado sobre as Notas de Rodapé » ? É aí que entra o hipertexto e aquela ideia de imediaticidade que você evocou na sua pergunta. Na web, a função notas de rodapé raramente está presente em editores de texto de blogs e websites. É claro que é sempre possível fazê-las manualmente, incluindo algo depois de fechar o texto. Contudo, o novo jeito de incluir referências [internas e externas] em textos nascidos digitais são os hipertextos. O maior exemplo disso é observar os textos das wikis, que embora tenham uma seção de referências ao final, ao longo do texto são recheadas de hiperlinks que levam a outras leituras. Para a história, o que significa essa mudança? Seria isso apenas um

cambiamiento de formato, de estilo, ou, haveria, para além do aspecto técnico e estético algum implicação mais significativa, de conteúdo, de retórica? Ainda não escrevi e não li nada que me satisfizesse completamente nesse sentido, acho que ainda não temos respostas, embora a cada ano que passa estejamos mais habituados a ler e escrever nesse novo modo. Entretanto, meu palpite é de que essa diferença não se limita a um aspecto meramente estilístico, mas que pode trazer significativas mudanças nas formas como consumimos textos históricos e como acessamos fontes e referências. Digo, com isso, que disponibilizar a fonte primária, ou o acesso direto à literatura consultada para um dado texto, não é algo neutro, como não seria indiferente, como disse acima, a publicação de testemunhos audiovisuais na internet, de modo que todo mundo tivesse acesso àquela evidência-mor do nosso trabalho. Se, por um lado, quando oferecemos uma hipertexto no lugar de uma nota de pé de página, colocando um link para o arquivo digital de um certo documento, damos acesso [quase] instantâneo ao documento que, em outros casos, não sendo possível reproduzi-lo na página impressa, ou anexá-lo, seria necessário mandar o leitor [especializado, neste caso] ao arquivo para a consulta ; por outro, esta possibilidade de acesso instantâneo nem sempre se converte em efetiva consulta e, em certos casos, pode implicar até mesmo a não-leitura do nosso próprio texto base. Explico : a forma como a informação é distribuída na web e a possibilidade do leitor « surfar » de um link a outro [abrindo inúmeras janelas em seu navegador ou abandonando a tela anterior a cada novo clique] instaura uma nova forma de leitura, que pode ser muito mais fragmentada e [« interrompível », para usar um neologismo] que a leitura de um livro. É claro que as práticas de leitura variam de indivíduo para indivíduo mas não por acaso especialista da história do livro e da leitura como Roger Chartier e Robert



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 4, Agosto. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p634>

Darton estão de olho nessas mudanças. Não sei exatamente que nome dar ou como caracterizar, e se há de fato, um padrão para o consumo de informação e textos históricos na web, mas uma coisa é fato: a capacidade do acesso imediato a fontes mudou não apenas a nossa forma de fazer pesquisa [evitando, em diversos casos, os deslocamentos a arquivos e bibliotecas], mas mudou também a forma como lemos e interpretamos o que lemos. Se a nota de rodapé era, para a disciplina que nascia no século XIX um espaço de diálogo e debate também, de que forma podemos pensar os hipertextos como elementos acessórios de um texto principal? De certo, ele dá pistas de por onde andou [virtualmente] o autor de um dado texto, deixando rastros de suas andanças virtuais e instaurando outros caminhos e serendipidades para cada leitor que acessa o tal texto base e decide, sabe-se lá a segunda de que critérios subjetivos, que links abrir ou não abrir, quais lerá e se voltará ou não ao texto inicial. Enfim, acho esse universo do hipertexto muito instigante, e penso que tenhamos que dialogar muito com profissionais de outras áreas, como do design e da usabilidade da web, e até mesmo da psicologia e da comunicação para tentarmos entender o que muda para a história com essa nova forma de escrever e ler na web. Isso pra não falar dos desafios e possibilidades que o hipertexto traz para o ensino, mas isso já é uma outra discussão, igualmente interessante, que deveríamos travar com os colegas da educação, a começar por termos uma discussão mais profunda sobre o que é o letramento digital.

Fagno Soares: Fale-nos acerca de seu projeto público e digital *@Rio450*, cuja experiência foi compartilhada em eventos como da Rede Brasileira de História Pública e na Federação Internacional de História Pública – IFPH na Holanda.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 4, Agosto. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n5p634>

Anita Lucchesi: Este projeto foi o primeiro trabalho em que, de fato, arregacei as mangas, e me coloquei numa prática diária [literalmente] de história pública. O projeto @Rio450 [disponível em www.instagram.com/rio450] foi uma iniciativa oficial da prefeitura do Rio para comemorar o aniversário da cidade em 2015. A agência que idealizou o projeto [@Ag365], me contactou numa das fases finais da elaboração para pensarmos juntos como estruturar o aspecto histórico do projeto e pensar a participação popular e a entrega de um texto que falasse de história de forma séria, mas acessível para todos os públicos. A ideia era realizar uma contagem regressiva, por 450 dias, até 01 de março de 2015, envolvendo a participação popular num concurso fotográfico via Instagram, em que as pessoas podiam participar inscrevendo suas fotografias a partir da utilização de hashtags [#], que indexavam o conteúdo de cada semana. A equipe era formada pelo diretor do projeto [André Galhardo], um diretor de imagem [Beto Pestana], um editor de texto [Julio Silveira], e por uma pessoa de história, e foi aí que entrei. Dividimos os 450 dias em 15 meses e 65 semanas – cada mês abordava um período da história do Rio de Janeiro, desde a fundação da cidade, em 1565, e a cada semana lançávamos uma nova “missão fotográfica” na qual os “instagramers” podiam participar. Para dar um exemplo, a primeira missão lançada foi a #Rio450_PaoDeAcucar, na qual o tema principal era o monolito do Pão de Açúcar, remetendo ao fato de que, no século XVI, essa formação rochosa já era marcante na paisagem carioca. Durante sete dias os participantes enviavam fotografias com ângulos e texturas diferentes do Pão de Açúcar, enquadramentos inusitados, sob luzes e em momentos distintos do dia, com presença humana, mais urbanas, menos urbanas e por aí vai. Ao final desta semana, uma equipe de curadores convidados se reunia conosco para a escolha das sete fotos campeãs da semana. A escolha era feita pensando na

aliança entre o aspecto estético, a boa realização da foto e também o entendimento e a resposta ao texto-convite daquela missão, que dava dicas sobre os aspectos históricos daquele tema. Obviamente os participantes do projeto não podiam voltar no passado, e não aceitávamos fotos de arquivo, todas as fotos deveriam ser autorais de cada instagramer e cabia à nossa redação [eu e Julio] fazermos a ponte entre o passado e o presente em cada foto. Para isso, ajudou muito o fato de termos mantido um diálogo constante com os curadores [via Whatsapp mesmo e através de comentários num álbum de foto online] durante a semana de “pescagem” em que íamos pré-selecionando as fotos para depois decidirmos as sete finais numa reunião presencial. Nessa conversa pré-seleção, Julio e eu dávamos palpites sobre as fotos que possuíam aspectos interessantes para construirmos uma narrativa, tentávamos evitar que temáticas se repetissem, e buscávamos alcançar uma pluralidade de sujeitos e pontos de vista para o tema da semana. Já os curadores, que mudavam a cada mês, quando convidávamos dois novos curadores [jornalistas, designers, fotógrafos, historiadores etc.] para um “novo período histórico” do projeto, tentavam se concentrar no aspecto estético das imagens, no equilíbrio de cores, técnicas e recursos variados da fotografia, ainda que a maior parte dos nossos participantes não fossem fotógrafos profissionais e utilizassem, quase sempre, a câmera do celular. O resultado era uma reunião de curadoria em que se falava muito de história do Rio, fatos históricos, anedotas, coisas e causos desconhecidos e claro, os clichês. Aprendi muito com aqueles papos e com a riqueza no olhar de cada curador, me fazendo perceber quantas histórias diferentes podiam ser inspiradas por uma mesma foto. Para cada clique selecionado, eu escrevia uma legenda não muito grande [o Instagram não aceitava textos maiores que 1200 caracteres] e o nosso

editor revisava o texto que terminávamos de ajustar, em conjunto, num editor online [Google Docs]. Mesmo sendo curto, esse textinho exigia muito trabalho, alguns eu conseguia escrever numa manhã, ou em uma hora de trabalho, outros exigiam mais tempo de pesquisa, leitura e reflexão para encontrar a forma mais interessante de contar uma história sobre aquela foto. No início, acho que pelo menos nas primeiras 60, 70 fotos, eu sofria muito com o formato. Era um trabalho hercúleo tentar resumir em poucas linhas toda a informação histórica que eu achava importante dizer, eu passava mais tempo “limpando o texto” do que escrevendo, para, muitas vezes, no final, ver que o editor ainda faria modificações mais drásticas para deixar o texto “gostoso de ler”. Em alguns casos, eu achava fundamental citar alguma referência, ainda que indiretamente, e informações clássicas como datas e nomes de fatos históricos... com o tempo, fui entendendo que dava para encontrar alternativas para fazer essa história “gostosa de ler” sem perder totalmente o meu compromisso com a historiografia. Mas isso não foi fácil e não foram poucos os debates que Julio e eu travamos ao longo desses 450 dias... A grande aprendizagem para mim, além do formato e estilo da escrita, foi a necessidade de dialogar com pessoas que não eram meus pares de profissão – tanto os membros da equipe, e curadores, como os próprios participantes do projeto, que no Instagram, muitas vezes, deixavam perguntas de cunho histórico e ali, eu, como parte de minhas funções no projeto, tinha que dar uma resposta, fazer uma espécie de moderação das conversas que aconteciam nos comentários das fotos. Tudo isso era algo muito novo, algo que na nossa clássica publicação em textos impressos, não ocorre. Além disso, a participação popular, aprender e descobrir mais sobre a cidade do Rio com os diferentes autores do projeto foi uma experiência muito rica e fascinante que marcou definitivamente a minha forma de pensar história

pública e o potencial de métodos como o crowdsourcing para reunir matérias através da rede. Embora, é verdade, o acesso à celular mobile, internet 3G e o alcance do projeto naquele tempo tenha sido muito mais predominante entre usuários de classe média, o projeto teve bastante êxito no que diz respeito a construção dessa “co-memoração” coletiva, de forma bastante democrática e polifônica. As fotos e histórias falavam do Rio da periferia e da zona sul, das favelas e dos cartões postais, dos altos e baixos. Embora as fotos taggeadas fossem abundantes na região da Zona Sul, foi possível, na seleção, mostrar a diversidade do Rio, e para mim foi surpreendente como o projeto chegou à zona norte, viajou pelas linhas do trem em direção à baixada, passeou pelas feiras e mercadinhos, campinhos, estádios e também sobrevoou o Rio, do Cristo ao Pão de Açúcar, do Galeão à Igreja da Penha, revelando visuais incríveis do alto e do baixo, da Pedra do Telégrafo ao mirando do Dona Marta, o Alto da Boa Vista... No fim, foram mais de 70 mil fotos taggeadas para o projeto, para 450 selecionadas, mais de 14 mil comentários e mais de 118 mil likes, reunindo, ao todo 6.957 seguidores, dos quais 214 foram autores com fotos selecionadas para o projeto. Acho que uma passeada pelas fotos taggeadas com a hashtag geral do projeto #Rio450 já dão uma ideia do rico acervo online criado por esse esse documentário fotográfico, mas tenho que confessar que as minhas missões favoritas foram #Rio450_Fe, #Rio450_Machado #Rio450_Africa...de vez em quando volto lá pra conferir as fotos e reler os textos.

Fagno Soares: No Brasil, os profissionais que trabalham com a história oral, têm buscado centros importantes, como Laboratório de História Oral e Imagem - LABHOI/UFF, Núcleo de Estudos em História Oral - NEHO/USP e o Centro de

Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV. Neste sentido, conte-nos acerca de sua experiência como pesquisadora e da importância do recém criado Laboratório de História Digital da Universidade de Luxemburgo, sob a orientação do Prof. Andreas Fickers.

Anita Lucchesi: O principal motivo pelo qual decidir ir para Luxemburgo foi a existência deste Digital History Lab. Quando descobri que este laboratório tinha sido criado, busquei ler um pouco do trabalho do Prof. Andreas Fickers para ter uma ideia de qual seria a linha a ser seguida. Para a minha alegria, Prof. Fickers, que é belga, mas trabalhou muitos anos na Holanda, antes de se estabelecer no Luxemburgo, carrega consigo um pouco do borogodó criativo que comentei há pouco sobre a história digital à brasileira. Talvez por influência de suas formações de base, como também estudou filosofia, Prof. Fickers tenha o cuidado de, ao mesmo tempo em que estimula o laboratório a criar algo novo, experimentando com ferramentas, buscando novos métodos etc., ele também é muito taxativo sobre a necessidade de estarmos atentos ao que significa fazer história dessa forma, propondo, portanto, todo tempo, uma auto-reflexão, sem, entretanto, abrir mão de correr alguns riscos na busca pelo novo. Em outubro de 2016, Prof. Andreas Fickers foi nomeado diretor do novo centro interdisciplinar da Universidade – o C²DH, Centre for Contemporary and Digital History [www.c2dh.uni.lu]. A sigla, debatida cuidadosamente, queria mesmo propor a ideia de que ali se faz história com um quê diferente, daí a brincadeira com a exponenciação, lembrando algo das ciências exatas, costumeiramente tão distantes da história. Neste Centro foi criada uma Unidade de Treinamento Doutoral focada em História Digital e Hermenêutica, que recebeu treze novos estudantes de doutorado, de diversos lugares do mundo, com projetos interdisciplinares e trabalhando com diferentes aspectos da história digital:

realidade virtual, digital storytelling, visualizações para uma história digital da arte, mineração textual e por aí vai. Alguns doutorandos que, como eu, trabalhavam com na linha da história contemporânea no Instituto de História da Universidade antes da criação deste centro, embora não façam parte oficialmente dessa escola doutoral, participam das formações oferecidas, das reuniões periódicas do grupo e também fazem parte do laboratório de história digital. Tudo se concentra no mesmo prédio, a *Maison des Sciences Humaines* da Unilu, as mesas de trabalho dos doutorandos, no quarto andar, junto com os demais pesquisadores do Centro e o restante do staff, técnico e administrativo, e o “DH LAB” no primeiro andar, ocupando duas salas: uma sala de curso, com capacidade para até 25 pessoas, e a sala dos scanners, com algumas máquinas disponíveis para quem precisa trabalhar nos computadores in loco. No laboratório a ideia norteadora é a da experimentação crítica e lúdica das ferramentas e métodos digitais que podem ser empregados na história, buscando refletir não somente como os softwares podem ser utilizados e condicionar a nossa pesquisa de alguma forma, mas também como os dispositivos em si, os hardwares, também o fazem. Nesse sentido, por exemplo, somos convidados a “brincar” com scanner e impressora 3D, equipamentos para simulação de realidade virtual, grande telas interativas para visualizações e ensino etc. O que mais me chama atenção, particularmente, é o scanner de livros semi-automático, que funciona interligado a um sistema de reconhecimento automático dos caracteres e à um software de biblioteca digital que permite, ao mesmo tempo em que se se escaneia um livro, gerar os metadados para a catalogação daquela obra e a sua respectiva inserção em uma coleção privada [do pesquisador ou do grupo de pesquisa] envolvido em um determinado projeto. Esse “brinquedinho” pode escanear até 2.500

páginas por hora [quando o livro é novo e está em bom estado, demandando menos intervenção humana e podendo ser manipulado com mais rapidez pela máquina, que vira as páginas através de um sistema a vácuo que levanta os pares de folhas]. Uma vez scaneado, após o reconhecimento dos caracteres e a geração de metadados, este livro passa a ser legível para softwares de mineração de texto, por exemplo, e o pesquisador pode utilizar a versão digital para fazer anotações, ou codificar como quiser em softwares de análise qualitativa de dados. Esse simples processo pode parecer algo pueril, mas se pensarmos em grandes escalas, e na possibilidade de trabalhar com quantidades de texto que ultrapassam a quantidade de leitura do olho humano num determinado período de tempo, esse processo de digitalização dos livros pode se tornar uma ferramenta muito poderosa. Minha experiência no laboratório, na verdade, se iniciou com a minha participação na organização de atividades relacionada ao ensino, organizando treinamentos e workshops sobre vários aspectos da pesquisa em âmbito digital. Mais tarde foi que comecei, eu mesma a “botar a mão na massa” e também a experimentar trabalhar nessa inspiração proposta pelo laboratório. No meu projeto de doutorado sobre memórias da migração no Luxemburgo, minha experimentação principal é com o aplicativo mobile que comentei acima [www.PixStori.com], o qual estou utilizando como meio de coleta de material via crowdsourcing. Os itens gerados pelos participantes do meu projeto são uma espécie de “foto falante”, como app combina áudio e fotografia, e em meu projeto venho discutindo essas “fotos falantes” como egodocumentos audiovisuais, aproveitando aí para refletir sobre os documentos nascidos digitais e a miríade de novas fontes que as novas tecnologias de memória permitem. No momento atual do meu projeto de doutorado, não tenho trabalhado tanto no laboratório especificamente para

a minha tese [acredito que isso vá mudar radicalmente na etapa de análise das fontes], mas sobretudo tenho estado preocupada com o trabalho de campo: atualmente estou finalizando a plataforma que servirá de base para a coleta desse material *crowdsourced* e estou trabalhando para a prospecção pública do lançamento desta plataforma nos próximos meses e a realização de algumas oficinas para coletas presenciais, que devem anteceder a inauguração oficial da coleta via internet – e daí vem um trabalho de formiguinha para chegar à comunidade e apresentar o projeto, que como mencionei numa das perguntas anteriores, por ser de história pública digital, por prever a circulação de determinados materiais não anonimizados na Internet, requer um outro tipo de abordagem. Contudo, em conjunto com a pesquisa doutoral, recentemente estou trabalhando com o Prof. Fickers no laboratório em um experimento de mineração de texto do periódico “Technology & Culture”, abrangendo o período de 1959 a 2016 e trabalhando com um conjunto de mais de 9000 itens, contanto artigos e resenhas de livros publicadas nesta revista ao longo desses anos. O projeto se chama “Technology’s storyteller reloaded” e se trata de uma tentativa de combinar a chamada leitura próxima [nossa velha conhecida] com técnicas de leitura distante para mapear a emergência e analisar o desenvolvimento de determinados assuntos na revista ao longo dos anos. Como ponto de partida tivemos um trabalho realizado por um dos ex-editores da revista, a partir de “close reading” com cerca de 300 artigos publicados entre 1959 e 1985 [Technology’s Storytellers: Reweaving the Human Fabric, de John M. Staudenmaier]. Nossa ideia com esse experimento era checar a validade e efetividade dos métodos de “distant reading” e “text-mining” para a historiografia da ciência e da tecnologia, neste caso. Mas, caso desse certo, pensávamos que um artigo mostrando refletindo sobre o experimento poderia

ser útil para historiadores de outras áreas também. Este projeto ainda está em andamento, mas após conseguir os resultados preliminares desse estudo, traçando cerca de 90 tópicos para o período de 1959 a 2016, já consigo perceber o quanto me beneficieei, enquanto pesquisadora em formação, do ambiente experimental desse laboratório. Nesse caso, um dos maiores aprendizados para mim veio da possibilidade de poder trabalhar em colaboração com um designer e programador que nos assessorou na etapa de limpeza e preparação do corpus documental antes que pudéssemos iniciar o uso de qualquer tipo de software. Ter de explicar para esse profissional o que eu, historiadora, queria com aqueles documentos e metadados foi um exercício muito interessante de tradução e de sistematização das que viriam a ser as etapas do trabalho historiográfico ali. Com o Prof. Fickers conversávamos muito sobre como essa configuração nos levava quase que obrigatoriamente a estruturar de forma mais explícita para o outro, o nosso colaborador, o que nós queremos com as fontes. Esse movimento me fez exercitar a capacidade de explicar e re-explicar o que eu queria fazer de diversas formas, o que, por efeito colateral, teve a constante reelaboração do desenho do projeto, ajustando aqui e ali os objetivos do projeto, conforme íamos avançando e entendendo, de fato, o que a técnica permitia e no que ela nos limitava. Aprendi, finalmente [!], a escrever algumas linhas no Terminal e a “brincar” com alguns scripts e até me diverti aprendendo a fazer “expressões regulares” – coisas que jamais pensei que eu fosse colocar a mão enquanto historiadora. Embora saber programar ou ter grandes habilidades informáticas não seja um pré-requisito na seleção de doutorandos e pesquisadores do C²DH, a compreensão mínima de como as coisas funcionam e do que é factível a partir de determinados programas e linguagens é, sem dúvidas, importante para fazer história digital. Você não

precisa saber escrever um script super sofisticado por conta próprio [embora isso pudesse ser magnífico], mas você precisa entender o mínimo para conseguir explicar o que você tem em mente para um profissional que possa colaborar contigo e para criticar e interpretar os resultados do que esse profissional lhe propuser ou para ler, entender e estar pronto para problematizar os resultados que conseguir obter a partir de ferramentas que possuem uma interface amigável ao usuário [mais fáceis de manusear], nem sempre o mais fácil, ou a visualização mais bonitinha [e impressionante esteticamente] será o mais adequado para responder a sua pergunta. Sem dúvida este é um aprendizado que levo deste projeto paralelo para o meu próprio doutorado, e me imagino daqui a alguns meses quebrando a cabeça para encontrar a melhor forma de extrair as informações que preciso das minhas fontes nascidas digitais, sabendo, desde já, que não há muitas referências na literatura sobre como lidar com isso. Aliás, este talvez seja o desafio maior do meu doutorado: achar meu caminho nesse novo e quem sabe, voltar a dialogar comigo mesma naquele artigo do Cadernos do Tempo Presente que você mencionou [de um já longínquo 2012] e tentar dar um contributo para os colegas que também vierem viajar pelas bandas da história digital, buscando deixar algumas referências, que seja ao menos um denso relato de experiência, que possa doar alguns contornos de mapa à esse novo, que é cada vez menos “incógnito”, como eu escrevia lá trás, graças ao trabalho de outros que se arriscaram a navegar nesse mar sem tantas orientações. Ainda assim, ainda precisamos de muito diálogo e reflexão para conseguir mapear essa novidade toda e torná-la um pouco mais inteligível também para aqueles de fora nos lerem, entenderem e confiarem nessas tão faladas “abordagens digitais”.

Fagno Soares: Mui grato por sua entrevista. Saudações historiográficas. Evoé!

Referências

ALBIERI, Sara. *História Pública e consciência histórica*. In.: ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BARROS, José D'Assunção. *História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história*. **Revista de História Comparada**, vol. 1, n. 1, Junho 2007.

BERNSTEIN, Adam. *Digital Historian Roy A. Rosenzweig*. **The Washington Post**, Sábado, 13 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/10/12/AR2007101202489.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

COHEN, Daniel J; ROSENZWEIG, Roy. **Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

GALLINI, Stefania & NOIRET, Serge. *La historia digital en la era del Web 2.0: introducción al dossier historia digital*. **Historia Crítica**, n.43, 2011, pp. 16-37.

LUCCHESI, Anita. **Digital History e Storiografia Digitale: estudo comparado sobre a escrita da história no tempo presente [2001-2011]**. 188f. Dissertação. [Mestrado em História Comparada, Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.